

Orçamento só será votado em 90

TARCÍSIO HOLANDA

Há consenso no Congresso de que não será possível votar o orçamento do exercício financeiro de 1990 este ano. Os mais importantes candidatos a Presidente da República terão interesse em conspirar junto aos parlamentares que os apóiam, para que o exame e votação da proposta enviada pelo Palácio do Planalto só venham a ocorrer no início de 1990.

O poder Executivo enviou a mensagem com números globais — 282 bilhões dos orçamentos fiscal e de seguridade social; 16 bilhões do orçamento de investimentos das estatais. A proposta detalhada desses orçamentos, dentro do Orçamento da União de 1990, o Palácio do Planalto só promete enviar ao Congresso até o dia 30 de setembro, deixando pouco tempo aos parlamentares para apreciação de matéria tão importante em ano eleitoral. O líder do Governo, deputado Luís Roberto Ponte, falou ontem com o Presidente e anunciou o dia 25 como data-base para que o orçamento seja encaminhado.

Só haveria possibilidade de votação do Orçamento de 1990, ainda na atual sessão legislativa, em ano de disputa eleitoral pela Presidência da República, se houvesse acordo entre as principais lideranças e os candidatos mais importantes a Presidente com o atual Governo, o que parece hipótese muito difícil.

A proposta orçamentária deveria ter chegado a 30 de agosto, mas o Executivo limitou-se a enviar uma mensagem com números globais de receita e despesa (equilibradas) sem detalhar as

rubricas orçamentárias. O ministro João Batista de Abreu, da Seplan, admitiu preocupação quando soube dessa tendência, mas não adiantou que problemas poderão surgir.

A proposta orçamentária terá de ser publicada, correndo um prazo de vinte dias para apresentação de emendas. Todo o mês de setembro será tomado por esse ritual. O relator terá de estudar as emendas e apresentar o seu parecer, a ser votado, em primeiro lugar, no plenário da Comissão de Orçamento e, posteriormente, no plenário do Congresso.

Depois do dia 15 de novembro, na provável hipótese de ocorrer o segundo turno de votação, também é improvável que haja número para votação. Isso somado ao natural interesse dos candidatos em evitar que o orçamento do próximo ano seja votado este ano, adia esse problema para janeiro ou fevereiro, já com o País conhecendo o novo Presidente.

Esta é a mais completa proposta orçamentária já enviada pelo Executivo ao Legislativo. Pela primeira vez há um pacote de mudanças tributárias cuja aprovação condiciona programas orçamentários. Por exemplo, cria-se um imposto sobre grandes fortunas, que terá naturalmente previsão de receita (a ser conhecida quando a proposta for enviada com detalhamento).

Se esse imposto não for aprovado pelo Congresso, os programas por ele custeados estarão cortados automaticamente. Essas receitas condicionadas a mudanças tributárias estão estimadas em 7 bilhões e 170 milhões de cruzados, a preços de maio deste ano.

ISABEL CRISTINA



Sarney deixa o Planalto após reunir-se com Ponte: projeto só seguirá no dia 25 de setembro